

Plenária conjunta registra presença de 13 campi e servidores técnico-administrativos aprovam:

MANTER A GREVE E COBRAR A NEGOCIAÇÃO COM A REITORIA!

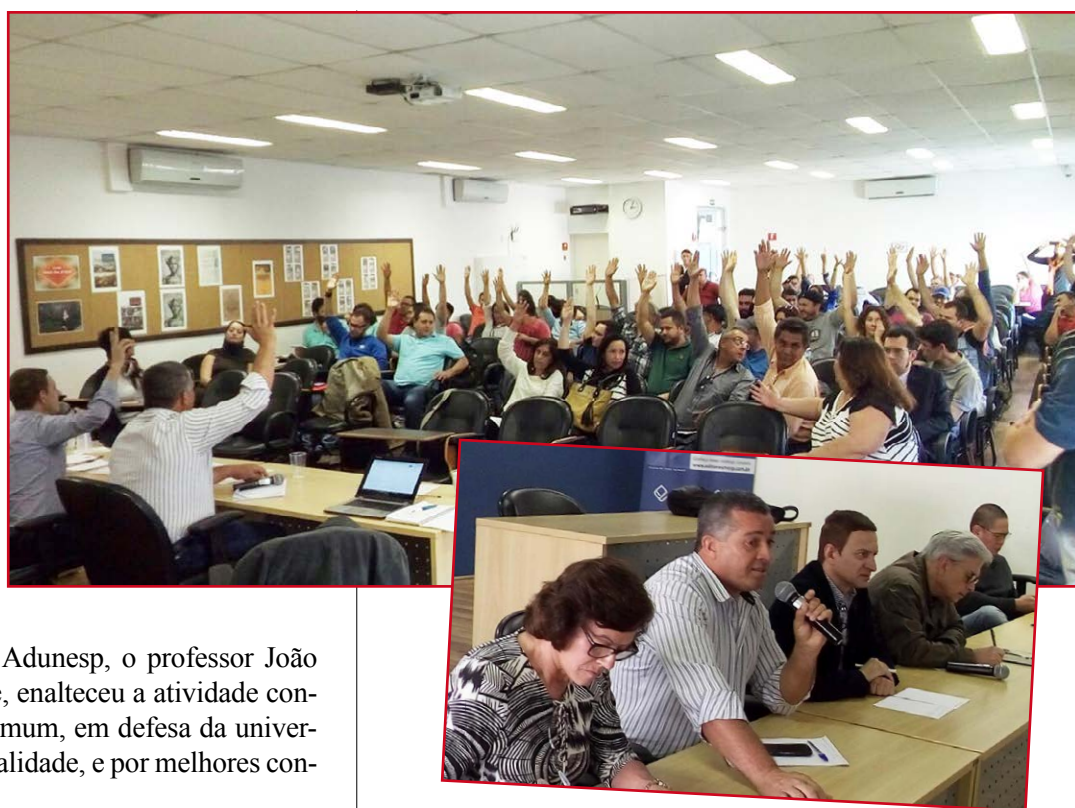
O auditório do prédio da Unesp na Praça da Sé, em São Paulo, ficou cheio para a plenária conjunta realizada entre Sintunesp e Adunesp nesta quarta-feira, 17/8/2016. O objetivo foi o de avaliar o movimento de greve na Unesp e definir atividades comuns entre os dois segmentos.

A plenária contou com delegações de 13 *campi* da Unesp, que tiveram a oportunidade de dar informes sobre o movimento em cada unidade, debater cenários e apresentar propostas.

Falando em nome da Adunesp, o professor João Chaves, presidente da entidade, enalteceu a atividade conjunta. “Temos objetivos em comum, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e por melhores condições de trabalho para todos.”

Alberto de Souza, da Diretoria Colegiada do Sintunesp, apontou na mesma perspectiva. “A Universidade se constrói com o nosso trabalho e, por isso, devemos lutar juntos contra o arrocho salarial, pela isonomia e para rejeitar qualquer confisco de direitos.”

Nas falas da ampla maioria dos presentes, foi enfatizado o enorme descontentamento com a postura da reitoria da Unesp: arrocha os salários; não contrata professores e servidores, precarizando cada vez mais as condições de trabalho; suspende a carreira de ambas as categorias; ensaia ataques inaceitáveis, como o corte do auxílio alimentação. Ou seja, após passar décadas negando a necessidade de mais recursos para garantir a ampliação de *campi*, cursos e vagas na Universidade, nossos dirigentes continuam apostando na “solução” de descarregar sobre a comunidade o ônus da propalada crise. A avaliação majoritária é que as razões que nos levaram à greve permanecem na ordem do dia.



Indicativos aprovados pelos servidores técnico-administrativos

Passados os informes e apresentadas as propostas, cada segmento fez suas votações em separado. Com nenhum voto contrário, os servidores técnico-administrativos presentes aprovaram:

- Manter a greve. Cobrar efetiva negociação em setembro;
- Buscar a realização de atividades conjuntas com os docentes em todos os locais onde for possível;
- Cobrar das direções locais uma postura clara na reunião do CO marcada para 23/8, na defesa da real negociação entre reitoria e sindicatos, em rejeição ao arrocho salarial e pela isonomia; (*indicativo para servidores docentes e técnico-administrativos*)
- Realizar atividades sincronizadas nos *campi*; (*veja a seguir sugestões para as próximas semanas*), inclusive com a possibilidade de paralisações pontuais nos *campi* que

não aderiram ao movimento em datas definidas como “Dia de Luta dos Servidores Técnico-Administrativos da Unesp”;

- Montar um comitê conjunto das duas entidades para organizar um debate entre os candidatos à reitoria da Unesp;

- Em setembro, não havendo progresso na reunião com o reitor, debater e deliberar sobre a judicialização do movimento.

Indicativos aprovados pelos servidores docentes

- 1) Indicativo de suspensão organizada da greve, e volta ao trabalho a partir de 22/8;
- 2) Envio de ofício ao reitor, comunicando que no dia 21/9 estaremos na reitoria para cobrar reajuste digno e isonomia, uma vez que, neste dia, já estarão disponíveis os dados sobre a arrecadação do ICMS de setembro, ocasião em que o reitor se comprometeu a discutir esses itens com os sindicatos;
- 3) Realização de assembleias locais depois do dia 22/09;
- 4) Realização de uma segunda plenária conjunta Adunesp-Sintunesp, após as assembleias locais, para avaliação do movimento;
- 5) Construção, durante o período de suspensão da greve, de um calendário de atividades conjuntas Adunesp/Sintunesp nos *campi*;
- 6) Constituição imediata de um comitê conjunto das duas entidades para organizar debate entre os candidatos à reitoria da Unesp.

Atenção aos indicativos do Sintunesp para as próximas semanas

De acordo com as propostas apresentadas na plenária, o Sintunesp orienta os *campi* em greve a viabilizarem as seguintes atividades sincronizadas nas próximas semanas:

- Semana de 22 a 26/8:

. Passeata pelo centro da cidade, mostrando à população porque estamos em greve (*o Sindicato enviará panfleto básico*);

. Ida à Câmara Municipal para colher moção de apoio ao movimento (*o Sindicato enviará texto básico*).

- Semana de 29/8 a 2/9:

. Realizar debates ou palestras no campus, com temas como “financiamento da universidade pública”; “democratização do acesso à educação superior pública”; “aposentadoria e previdência complementar”, entre outros. Buscar parceria de docentes e estudantes do campus e de outras unidades para a realização da atividade;



Obs1: Realizar diariamente, por exemplo das 7h30 às 9h, manifestações em frente aos portões das unidades, com distribuição de panfletos, faixas e apitaços, chamando a atenção para a conjuntura da Universidade, do campus e das nossas reivindicações. Em algumas tardes, promover “cafés políticos”, com a degustação de quitutes trazidos pelos grevistas e estímulo à roda de conversas sobre o movimento.

Obs 2: Vários companheiros presentes na plenária sugeriram a realização de materiais alternativos para mobilizar a categoria, como a produção de vídeos, intervenções em redes sociais etc. Inclusive, alguns colocaram-se à disposição do Sintunesp para contribuir neste sentido.

Judicialização

Com a presença do advogado Júlio César Teixeira de Carvalho, da assessoria do Sintunesp, os presentes discutiram a pertinência e a viabilidade de judicialização do movimento. Ele explicou as possibilidades de instauração do dissídio por parte de um sindicato de servidores públicos, como é nosso caso. Um primeiro aspecto é a necessidade de ficar clara a total ausência de negociação entre as partes.

“A situação é peculiar, pois temos a existência de dois regimes jurídicos distintos como forma de contratação, o estatutário e o celetista, o que demandaria ingresso em alçadas diferentes, respectivamente o Tribunal de Justiça e o Tribunal do Trabalho”, destacou.

Mesmo sabendo que a Constituição Federal garante aos servidores públicos a revisão anual dos seus vencimentos, ele ponderou que não é possível garantir uma decisão do magistrado neste sentido. Disse, ainda, que o ato de instaurar o dissídio também leva à avaliação do juiz sobre a “abusividade ou não do movimento”.

Foi consensual entre os presentes a necessidade de prosseguir o debate, especialmente nas assembleias de base que ainda não o fizeram. O tema voltará à pauta após a provável reunião com o reitor Durigan, em setembro.

Não é só pelos 3%. É em defesa da universidade pública, contra o arrocho salarial, por isonomia, contra o corte de direitos, retorno das carreiras e contratações emergenciais!